

Ilgenfritz quer renegociação seletiva

ECON. BRASÍLIA

- 2 JAN 1987

A renegociação seletiva da dívida interna é a proposta do economista e consultor de empresas Renato Ilgenfritz da Silva, novo presidente do Conselho Federal de Economia, sucedendo ao professor da UnB Dércio Garcia Monhoz.

Ilgenfritz recomenda que o governo, para esta renegociação seletiva, precisa identificar seus credores e propor a eles um tipo de compromisso, que, se cumprido, leve ao aumento dos investimentos em setores produtivos da economia. «Por exemplo: ao especulador, o Banco Central só paga 70% ou seja, esse percentual seria o redutor dos juros. Agora, se o cidadão se comprometer com o governo em investir na produção de mais camisas, mais sapatos, mais alimentos, etc., então receberá tudo». O economista lembra, porém, que há certos credores do governo, estes devidamente identificados, que terão seus direitos preservados: os fundos de pensão, que por lei são obrigados a manter reservas técnicas aplicadas em títulos federais; a caderneta de poupança fica de fora da renegociação seletiva da dívida pública».

Renato Ilgenfritz, gaúcho, 40 anos e proprietário de duas

pequenas empresas de consultoria, uma com sede em Porto Alegre e a outra em Brasília, criticou a Nova República por não ter tocado nos lucros do sistema financeiro, embora havia a impressão, nos três primeiros meses do Plano Cruzado, de que realmente a «ciranda financeira» tinha acabado. «Veja que quando a inflação era zero, os juros estavam em 50%. A especulação agora está mais alta do que na Velha República, e isso significa uma sangria da renda nacional em direção aos bancos e ao exterior, pois o sistema financeiro nacional está diretamente interligado com outros centros», enfatiza Ilgenfritz.

No entender do economista, 20% da população brasileira desfrutaram de um padrão de vida semelhante à população de muitos países europeus, enquanto os restantes 80% sobreviveram num quadro de carência a de expectativa de melhora em sua vida, e o governo precisa encontrar uma resposta para este segmento social. E observou: «A Nova República inovou o discurso, avançou politicamente em termos de liberdades individuais e de expressão, mas com o advento do Cruzado II

acabou frustrando a esperança da busca de uma democracia econômica, na medida em que o realinhamento dos preços passa pelo poder econômico. As classes de renda baixa que depositavam esperança de ser engajadas no mercado de trabalho e de possuir um nível de consumo mais digno, encontram-se hoje perplexas e sem se sentirem incluídas no processo de desenvolvimento econômico, como agentes participativos e participantes».

Curriculos

O novo presidente do Conselho Federal de Economia, assegurou que pretende promover uma administração coletiva do órgão, tornando-o um fórum constante de debates dos problemas brasileiros, tendo como ponto de partida a conjuntura atual e a perspectiva nacional até o ano 2000. O CFE tem 60 mil filiados e uma receita prevista para 1987 de Cz\$ 13 milhões, resultante da contribuição mensal dos economistas. Outro ponto destacado por Ilgenfritz é a qualidade do currículo das faculdades de economia. Segundo disse, o Conselho conseguiu elaborar um currículo mais moderno e que privilegia o ecletismo. Explicou que até

agora os economistas têm saído de suas escolas com uma visão irreal do mundo. «Eles aprendem teorias sobre a concorrência perfeita, mas é um equívoco. No mundo em que governam os monopólios e oligopólios a concorrência perfeita é uma ilusão». Assinalou que o importante é que os currículos de economia suportem uma pluralidade de idéias, que vão das monetaristas clássicas até a marxista.

Constituinte e pacto

Falando sobre as perspectivas do país para o próximo ano, Ilgenfritz se mostrou receoso de que a próxima constituição seja «reacionária», explicando que num ambiente de crise econômica que se desenha para 1987, a tendência é de cada um seguir o slogan «salve-se quem puder». Temos aí a Constituinte e o pacto social. Será que isso não tem alguma coisa por trás? Como devemos passar agora por uma fase de austeridade econômica, não temos divisas para importar, não temos poupança interna, portanto, sem capacidade de investimento e impossibilitados de captar soberanamente recursos no exterior, então, esse pacto pode ter uma influência na elaboração da Constituinte.